

APRESENTAÇÃO DO CONJUNTO SEMINÁRIOS E DEBATES

Estão organizados neste conjunto seminários e debates sobre a questão agrária, a luta pela terra e o sindicalismo rural no Brasil. Trata-se de discussões entre acadêmicos, intelectuais, pesquisadores e atores sociais do meio rural.

Abaixo a relação dos seminários e debates:

- Seminário sobre Sindicalismo Rural (I, 1983)
- Seminário sobre Sindicalismo Rural (II, 1984)
- Aula Magna UFRJ, com João Pedro Stédile (2008)
- Debate sobre Greve dos Canavieiros de Pernambuco (1980)
- Debate sobre projeto sindical para os assalariados, com Avelino Ganzer (década de 1980)
- Debate sobre as condições de luta no Pará (2005)
- Seminário Nacional “A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia” (2006)
- Seminário “Assentamentos de Reforma Agrária: Estratégias de Desenvolvimento Rural?” (1992)

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Seminário sobre Sindicalismo Rural (I, 1983)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): Antônio Crispim da Cruz, Carlos Karlinski, Jonas Chequeto, Luiz Antônio Chaves, Raimundo Leoni dos Santos e Valdevino Cláudio dos Remédios.

DADOS BIOGRÁFICOS: Antônio Crispim da Cruz era dirigente do STR de Cravinhos (SP); Carlos Karlinski, dirigente do STR de Ijuí (RS); Jonas Chequeto, dirigente do STR de São Gabriel da Palha (ES), Luiz Antônio Chaves era orientador sindical de do STR de Montes Claros (MG); Raimundo Leoni dos Santos era dirigente no STR de Itaboraí (RJ) e Valdevino Cláudio dos Remédios era dirigente do STR de Parati (RJ).

DEMAIS PALESTRANTE(S): Altino Bonfim de Oliveira Junior (Mestrando CPDA/UFRRJ), Ana Maria Carneiro (Mestranda IESAE/FGV), Ana Maria Motta Ribeiro (Mestranda CPDA/UFRRJ e Profª UFF), Cândido Grzybowski (Profº CPDA/UFRRJ), Celina Maria Dal Moro Neubarth (Mestranda IESAE/FGV), Elia de Menezes Rola, Fernando Moura (CPT/RJ), Frederico Araújo (IPPUR/COPPE/UFRRJ), Helena Whitacker Dias Garcia (Mestranda CPDA/UFRRJ), Joaquim Calheiros Soriano (Mestrando CPDA/UFRRJ), Jorge Osvaldo Romano (Doutorando PPGAS/Museu Nacional), José Celso Veras da Costa (Mestrando CPDA/UFRRJ), Leonilde Servolo de Medeiros (Profª CPDA/UFRRJ), Maria Cristina de Almeida Braga (Mestranda PPGAS/Museu Nacional), Miriam Regina Nutti (Mestranda PPGAS/Museu Nacional), Neilza Manguiera (Mestranda IESAE/FGV), Nelson Giordano Delgado (Prof CPDA/UFRRJ), Odacir Luís Coradini (Doutorando PPGAS/Museu Nacional), Regina Ângela Ladim Bruno (Profª CPDA/UFRRJ), Regina Célia Reyes Novaes (Profª UFPB/Campina Grande, doutoranda USP) e Sônia Maria Siqueira de Lacerda (Mestranda CPDA/UFRRJ),

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Trata-se de um seminário desenvolvido por iniciativa do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo (CPDA/UFRRJ), a partir da demanda dos pesquisadores envolvidos com a temática. Após diversos encontros de pesquisadores e estudantes, houve sugestão de se constituir um diálogo direto entre pesquisadores e sindicalistas. Dentro deste contexto, foi constituído I Seminário sobre Sindicalismo Rural e, no ano seguinte, o II Seminário.

DATA: 08 e 09/11/1983

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Na medida do possível, todas as falas estão identificadas na transcrição pelo nome do participante. Quando o autor da intervenção não é identificado, a denominação é genérica. Há, também, marcas textuais ao longo da transcrição – (...) – apontando que o trecho em áudio é ininteligível. A divisão *Entrevistados/Entrevistadores* acima é meramente técnica, tendo em vista que a proposta do Seminário não segue a lógica das entrevistas, mas uma roda de debates.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/sem. K7.issr	08Fitas K7/ 60 min	Não	Áudio incompleto: Todo o seminário possui total de 10 fitas K7. As duas últimas fitas não foram localizadas
MP3	MSPP/sem. mp3.issr	08h02min	Sim	Fitas de 1 a 8 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/sem. trans.issr	154 páginas	Sim	Transcrição completa com 154 páginas datilografadas e espiraladas.

DESCRITORES:

Assistencialismo sindical

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Educação sindical

Eleições sindicais

Estatuto da Terra

Estrutura sindical

Fetaemg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetaes – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo

Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Fetag/RS – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

Igreja Católica

Ijuí (RS)

Itaboraí (RJ)

Migração

Mobilização de trabalhadores

Montes Claros (MG)

Organização de base

Paraty (RJ)

Partido político PDS – Partido Democrático Social
Reforma agrária
Sindicalismo rural
São Gabriel da Palha (ES)
Unificação Sindical

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A – Começa com a apresentação da proposta do seminário e dos dois pontos principais em pauta: o sindicalismo rural propriamente dito (as principais lutas, o papel do sindicato etc) e a participação da Igreja nas lutas do campo; há, em seguida, uma apresentação sucinta de cada um dos participantes: Carlos Karlinski pela luta por preços de produtos agrícolas; Jonas, pela luta dos meeiros; Crispim, pela luta dos boias-frias; Raimundo, pela luta dos assalariados; Luiz Antônio, pela sua experiência enquanto orientador sindical e Valdevino, pela luta por terra. Jonas, do STR de São Gabriel da Palha narra as condições de trabalho do sindicato: o produto de sua região é o café e os meeiros (principal categoria regional) lutam pelo direito à terra. O sindicato esteve nas mãos de “pelegos” por 18 anos. Há crescimento das indústrias de álcool, o município, por ser próximo às fronteiras de Minas Gerais e Bahia, aumenta a migração e compromete a organização das lutas. Crispim inicia sua participação concordando com o problema da migração mencionado por Jonas e mostra como isso compromete a luta por preços/direitos/terra em razão da vinda de outros trabalhadores desengajados; comenta a dificuldade de mobilização pelo fato dos trabalhadores morarem dispersos não mais dentro das fazendas; sobre a Igreja, frisa que há boas ações, apesar de, por vezes, tentar dirigir o movimento.

Fita 1 lado B – Crispim cita que muitos sindicatos sofrem a pecha de “pelegos” por ter dirigente por décadas no poder; em seguida, faz uma retrospectiva sobre a formação sindical da sua região: fundação do sindicato pelo Partido Comunista, lutas pontuais vencidas pelos advogados, formação de lideranças rurais pela Igreja, como forma de conter o comunismo; descreve os altos e baixos do movimento rural nas mãos da Igreja; identifica a entrada do assistencialismo na realidade do movimento sindical e o esvaziamento das lutas. Luiz Antônio inicia sua participação descrevendo sua região, onde o plantio é de eucalipto, com campanhas de reflorestamento tocadas pelo governo; após a ocupação de todas as terras devolutas há três principais lutas: a dos posseiros que resistem em suas terras, a dos trabalhadores expulsos que lutam para retornar à terra e a dos trabalhadores que foram para a cidade mas querem voltar para o campo. Luiz Antônio lembra da formação dos sindicatos e seu papel como o primeiro orientador sindical da região; descreve os avanços e resistências encontradas nas lutas em Minas e que seu trabalho busca localizar os conflitos existentes. Inicia-se um debate sobre a questão dos trabalhadores das usinas *versus* os trabalhadores livres: por um lado, os primeiros sofrem com impossibilidade de engajamento na luta, por outro, os segundos sofrem com a concorrência dos primeiros.

Fita 2 lado A – Continuação do debate sobre a vinda de trabalhadores migrantes; em seguida, trata-se da existência de outros setores influenciando o movimento sindical; Crispim explica como existem alguns setores que realmente ajudam o sindicato e outros que apenas buscam arregimentar trabalhadores para movimentos próprios; fala sobre o direcionamento dos trabalhos sindicais em consonância com os pontos deliberados no III Congresso da Contag; Luiz Antônio discorre sobre a origem e papel do orientador, que é coordenar as lutas e atuar nas

áreas onde não há sindicatos; Jonas traça um histórico sobre seu sindicato, originalmente formado com base no assistencialismo e o esforço promovido pelo seu grupo para retirar dirigentes não comprometidos; há discussão sobre a dificuldade de conscientização dos trabalhadores já que não moram mais juntos; além disso comentam o papel do “gato”, que ludibria o trabalhador com cachaça, futebol, transporte.

Fita 2 lado B – Crispim aponta como o acúmulo de trabalho dentro dos sindicatos dificulta que os dirigentes circulem por suas regiões; com discussão sobre a relação do movimento sindical com a Justiça, Jonas frisa como boa parte da estrutura pública – hospitais, delegacias etc – está na mão dos patrões; perguntado sobre o tipo de formação que deve ter um orientador sindical, Luiz Antônio descreve o panorama de quando se formou orientador e o panorama contemporâneo à entrevista; todos concordam com a dificuldade de trazer o trabalhador para o sindicato, pois ele tem seu emprego ameaçado se participar; são também mencionadas pautas de reivindicação, articulação do trabalho sindical rural com movimentos sindicais urbanos e estrutura organizacional.

Fita 3 lado A – Raimundo explica que há outros espaços na sociedade – clubes, igrejas, seitas – que “desfazem” o trabalho de conscientização realizado pelo sindicato; segue frisando como a luta sindical sofreu muito com a repressão e com a divisão do movimento em categorias; descreve a realidade existente em seu sindicato – baseado na citricultura – e o tipo de luta encampada – no caso, a favor da aplicação do Estatuto da Terra, por já ser algo concreto; fala que o desemprego, o trabalho informal e o assistencialismo comprometem a atuação positiva do sindicato; compara a atuação do dirigente sindical rural com o urbano; lembra, por fim, como é importante o trabalho conjunto dos sindicatos, superando seus eventuais atritos e desentendimentos, para avanço do movimento.

Fita 3 lado B – Karlinski apresenta a história do movimento sindical no Rio Grande do Sul, afirmando que tradicionalmente nasceu de cima para baixo, ao contrário da sua região – Ijuí – onde se formou a partir do movimento comunitário de base; explica como a conscientização gera um trabalho político dentro do sindicato; menciona o caso da paralisação do leite e como há a dificuldade dos trabalhadores encontrarem formas adequadas de pressão coletiva; tece comentários sobre a estrutura eleitoral no estado do Rio Grande do Sul e a dificuldade de se contratar orientador sindical – menos por questões financeiras e mais por questões políticas.

Fita 4 lado A – Valdevino discorre sobre o STR de Paraty: desde sua formação até sua entrada nele; relembra os diversos problemas sofridos pela população local por conta da gestão do sindicato coligado com as companhias; cita as diversas irregularidades encontradas dentro do sindicato e o pontapé inicial para formação de um chapa opositora.

Fita 4 lado B – Valdevino segue descrevendo longamente o processo eleitoral e todos os percalços sofridos pela sua chapa; perguntado sobre eventual problema do apoio do CPT à chapa opositora, responde que os crentes costumam ser menos ativos e critica a postura passiva destes diante do movimento; sobre o processo de renovação sindical, Karlinski aponta para a dificuldade de promovê-la pela forma de votação existente: são os delegados sindicais que votam e se estes não estão comprometidos, há reflexo no tipo de grupo eleito.

Fita 5 lado A – São discutidas as formas de mudança a médio/longo prazo da estrutura sindical; fala-se da entrada do PDS na estrutura sindical; Karlinski aponta alguns pontos negativos do Estatuto da Terra e como o problema da terra, para ser solucionado, precisa passar não por reforma, mas revolução fundiária; Raimundo cita o uso das determinações legais em prol do

governo e como o trabalhador rural é legalista; Karlinski menciona como a discussão direta com os trabalhadores sobre suas necessidades incluiu o tema da previdência na agenda sindical;

Fita 5 lado B – Fala-se sobre a formação de dois congressos: um pela Contag, outro pela CUT e o risco da desunião dos trabalhadores; discutem os prós e contras do movimento de cooperativas, especialmente em razão do crescente endividamento desses grupos; Karlinski descreve a formação do seu sindicato e como são controlados pelos pequenos proprietários, mesmo que a maioria dos trabalhadores seja de assalariados.

Fita 6 lado A – Karlinski descreve os esforços de seu sindicato para fazer valer algumas reivindicações coletivas, por meio de reuniões com empregadores e trabalhadores; Crispim contra argumenta afirmando que a presença do empregador na reunião serve para inibir o trabalhador; Cândido Grzybowski busca retomar o foco das intervenções lembrando os principais itens a serem abordados no Seminário: luta sindical e participação da Igreja; faz longa explanação sobre o sindicalismo rural: desde origem até presente data.

Fita 6 lado B – Leonilde Medeiros desenvolve formulação sobre a bandeira pela unidade de lutas a partir de uma realidade fragmentada; há discussão sobre como organizar os tópicos a serem discutidos em seguida.

Fita 7 lado A – Há uma longa intervenção sobre a questão da reforma agrária: quem quer a terra e o porquê; cita-se o hiato entre o discurso e a implementação; discute-se se a reforma agrária é ou não bandeira unificadora do movimento sindical rural; questiona-se o tipo de reforma agrária que deve ser estimulada e qual seria a melhor para o Brasil.

Fita 7 lado B – Permanece a discussão envolvendo a questão da reforma agrária, frisando como o histórico de repressão coloca o tema como tabu; Luiz Antônio discute a estrutura eleitoral do sindicalismo e como há dificuldade de grandes mudanças pela eleição indireta para as federações e Confederação; prossegue-se a discussão da reforma agrária: se precisa de maior educação, se unifica, quem está envolvido etc.

Fita 8 lado A – Há questionamento sobre a importância da estrutura sindical – sendo ou não “pelega”; cometa-se que o esforço de transformação da estrutura seria processo de conscientização e há dúvidas quanto o esforço de se modificar; os sindicalistas divergem sobre a importância da Contag na condução das lutas.

Fita 8 lado B – Há discussão sobre temas diversos: reforma agrária, unidade sindical, questionamento ao Estatuto da Terra, participação de movimentos externos ao movimento, partidização do sindicalismo; Luiz Antônio discorre sobre o discurso desenvolvido sobre a estrutura, que é sempre o mesmo para manutenção do poder nas mãos de quem o tem; são apresentadas diversas críticas sobre a forma de gestão da Contag, chamada de “máquina de emitir despacho”.

Fita 9 – Jonas relata o papel da Igreja no movimento sindical da sua região, considerada a segunda maior força em seu estado; é discutido o problema da educação sindical e Karlinski explica como há diferentes assessorias e seu trabalho varia; as assessorias da Contag costumam ser teorizantes e distantes da base; o perfil do assessor/educador é o mesmo da estrutura que o contrata; Crispim critica a falta de preparação dos próprios dirigentes; é mencionado como muitos dirigentes usam a máquina sindical como garantia familiar; há uma

discussão sobre se cabe ou não ao educador algum posicionamento em termos de corrente político-partidária e que reflexo isso gera no movimento sindical; citam-se como os discursos são progressistas, mas há pouco trabalho na base.

Fita 10 – Karlinski descreve as formas de atuação na sua região, que é a partir de mobilizações, daí ser fundamental que o educador domine essa forma de trabalho; há críticas quanto à filiação partidária do movimento, mas é frisado que, para se desenvolver, precisa ser de oposição ao atual sistema político; questionam sobre se a mudança na forma eleitoral da estrutura sindical traria alguma mudança benéfica ao movimento; há agradecimentos gerais sobre a produção do Seminário e a disponibilidade para troca de informações.

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Seminário sobre Sindicalismo Rural (II, 1984)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): João Fernando Silvestrin, Ranulfo Peloso, Saul Barbosa e Boaventura de Ibotirama.

DADOS BIOGRÁFICOS: João Fernando é dirigente do STR de Farroupilha (RS), Ranulfo é liderança na região do STR de Santarém (PA), Saul é liderança da região de Ronda Alta (RS) e Boaventura é dirigente do STR de Ibotirama (BA).

DEMAIS PALESTRANTE(S): Altino Bonfim de Oliveira Junior (Mestrando CPDA/UFRRJ), Ana Maria Galano (Prof^a visistante CPDA/UFRRJ), Ana Maria Motta Ribeiro (Mestranda CPDA/UFRRJ e Prof^a UFF), Cândido Grzybowski (Prof CPDA/UFRRJ), Celina Maria Dal Moro Neubarth (Mestranda IESAE/FGV), Frederico Araújo (IPPUR/COPPE/UFRRJ), Helena Whitacker Dias Garcia (Mestranda CPDA/UFRRJ), Ivone Cordeiro Barbosa (mestranda CPDA/UFRRJ), Joaquim Soriano (Mestrando CPDA/UFRRJ), John Wilkinson (Prof^o CPDA/UFRRJ), Jorge Osvaldo Romano (Doutorando PPGAS/Museu Nacional), Leilah Assumpção (Assessora da Fase), Leonilde Servolo de Medeiros (Prof^a CPDA/UFRRJ), Mário Grynszpan (Pesquisador CPDOC/FGV), Miriam Regina Nutti (Mestranda PPGAS/Museu Nacional), Neide Esterci (Prof^a IFCS/UFRRJ), Regina Ângela Ladim Bruno (Prof^a CPDA/UFRRJ), Regina Célia Reyes Novaes (Prof^a UFPB/Campina Grande, doutoranda USP) e Sônia Maria Siqueira de Lacerda (Mestranda CPDA/UFRRJ).

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Trata-se de um Seminário desenvolvido por iniciativa do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais no Campo (CPDA/UFRRJ) em razão da demanda dos pesquisadores envolvidos com a temática. Após diversos encontros, houve sugestão de se constituir um diálogo direto entre pesquisadores e sindicalistas. Dentro deste contexto, foi constituído I Seminário, e, no ano seguinte, o II Seminário sobre Sindicalismo Rural.

DATA: 28 e 30/08/1984

LOCAL: CPDA, Rio de Janeiro/RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Na medida do possível, todas as falas estão identificadas pelo nome do entrevistado/entrevistador. Quando o autor da intervenção não é identificado, a denominação é genérica. Há, também, marcas textuais ao longo da transcrição – (...) – apontando que o trecho em áudio é ininteligível. A divisão Entrevistados/Entrevistadores acima é meramente técnica, tendo em vista que a proposta do Seminário não segue a lógica das entrevistas, mas uma roda de debates.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/sem K7.iissr	15 Fitas K7/ 60 min	Não	Áudio em boa qualidade
MP3	MSPP/sem mp3.iissr	15h29min	Sim	Fitas de 01 a 15 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/sem trans.iissr	277 páginas	Sim	Transcrição com 277 páginas datilografadas e espiraladas

DESCRITORES:

Agroindústria
Assistencialismo sindical
Banco da Terra
Comissão do Alto Uruguai (RS)
Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Cooperativismo
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Crédito rural
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Educação sindical
Eleições sindicais
Encruzilhada Natalino (RS)
Estatuto da Terra
Êxodo rural
Exportação agrícola
Farroupilha (RS)
Fetag/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
Fetag/RS – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetagri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá
Fundifran – Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Ibotirama (BA)
Igreja Católica
José Francisco da Silva
Movimentos sociais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Oposição sindical

Organização de base

Partido político

PDS – Partido Democrático Social

PT – Partido dos Trabalhadores

Reforma agrária

Ronda Alta (RS)

Rondinha (RS)

Santarém (PA)

Sindicalismo rural

Trabalhador rural sem terra

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A – Há abertura do seminário, indicando as principais proposições para debate; é solicitado que cada participante apresente suas experiências pessoais; João Fernando inicia a exposição fazendo um panorama sobre a região de Farroupilha: economia familiar, formada por pequenos produtores; explica como inicialmente a produção era de subsistência; afirma que há um forte apelo religioso entre os agricultores; entende que após 1964 houve uma mudança profunda no meio rural pelo processo de agroindustrialização.

Fita 1 lado B – João Fernando apresenta os principais problemas enfrentados na sua região: preço dos insumos, empréstimos no banco, entrada das multinacionais, mau gerenciamento das cooperativas; descreve como é a relação do trabalhador com o STR e frisa como sua região é extremamente conservadora; há críticas sobre o tipo de trabalho conduzido por alguns sindicatos, que têm orientação situacionista; fala da relação do STR de Farroupilha com a Igreja.

Fita 2 lado A – João Fernando e Saul discutem a ingerência do Estado na questão sindical e o problema gerado pelo assistencialismo no avanço das lutas; são citadas diversas ocorrências de eleições e o tipo de campanha feito por políticos, “pelegos” e outros; há debate sobre o tipo de apoio dado pela CPT ao movimento sindical.

Fita 2 lado B – Há longa discussão sobre o processo eleitoral e o engajamento dos sindicatos vizinhos de Farroupilha; fala-se sobre a relação do STR de Farroupilha com a Fetag e Contag; Saul apresenta a região de Ronda Alta e concorda com a mudança pós 1964 para as condições de vida do trabalhador rural; traz alguns dados sobre a vida no campo antes de 1960 e na presente data.

Fita 3 lado A – Saul traça um perfil dos trabalhadores na região, basicamente pequenos proprietários, baseados no plantio da soja; frisa os diversos problemas que eles têm com a cooperativa, que está nas mãos de um grupo menos preocupado com o trabalhador e mais interessado no seu endividamento, para tomar-lhes a terra; cita o caso na região da Encruzilha Natalino e o papel da Igreja no desenvolvimento dessa ocupação; tece diversos comentários sobre a Encruzilhada e relembra o histórico de ocupações de terra na região.

Fita 3 lado B – Saul analisa a relação entre o movimento e a Igreja; conta sobre um caso do esforço feito pelo seu grupo (que não está dentro do sindicato) para implantar um novo sistema de combate às pragas, gerando com isso atrito com aqueles que lucravam com a venda de

pesticidas; é retomada a questão da Igreja, considerada muito importante por ter crédito com o povo e, além disso, auxiliar na formação das pessoas.

Fita 4 lado A – Há apresentação do grupo de que Saul faz parte: Comissão do Alto Uruguai e como eles atuam, sendo um grupo divergente da Contag; fala-se sobre o esforço feito pela Federação para tomar os movimentos para si e, em seguida, negociar, mesmo que isso não seja benéfico para o trabalhador ou para causa; a palavra é passada para Boaventura que apresenta sua região, Ibotirama; apresenta o histórico do sindicato e as lutas ali presentes.

Fita 4 lado B – Boaventura cita uma luta pelas barragens do Vale do São Francisco e a pequena vitória obtida; fala sobre o tipo de trabalhadores do seu local, o tipo de plantação e a forma de resistência que promovem: mobilizações e pela justiça.

Fita 5 lado A – Boaventura fala sobre a participação da Igreja no movimento – ora pelo Fundifran (Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco), entidade criada pela Igreja, além da própria paróquia, sendo que não há CPT na região; ao falar sobre regularização sindical, Boaventura tece diversas críticas, por manter o sindicato mais engessado; em seguida, critica o tipo de atuação da Contag, que fica muito só no papel.

Fita 5 lado B – Ranulfo inicia sua participação também traçando um histórico da região (Santarém, Pará); fala da produção, majoritariamente extrativista e como a população cresceu após a construção da Transamazônica; descreve o processo de entrada da modernização na região; fala sobre sua formação, alegando-se muito religioso e como partiu das mensagens do Evangelho para divulgar o trabalho de conscientização, relendo a Bíblia e a proposta de libertação; explica o caminho traçado pelo seu grupo para conseguir ganhar confiança dos trabalhadores.

Fita 6 lado A – Ranulfo explica a importância da construção de uma visão política; define o tipo de papel que o sindicato precisa desempenhar – organizando, esclarecendo e defendendo os direitos do trabalhador; elenca as formas de resistência do seu sindicato, dentre elas, o não cadastramento e o não pagamento do ITR; explica como se filiaram ao PT e a razão para tal.

Fita 6 lado B – Há perguntas e respostas sobre participação partidária, grupos de trabalhadores envolvidos e processos de eleição sindical; fala-se sobre a entrada de novos filiados e é citada a entrada das mulheres e jovens; Ranulfo considera a importância de conhecer outros movimentos e o esforço pela articulação.

Fita 7 lado A – Ranulfo explica a importância de outras organizações, como o Ibase, para informar os movimentos mais interiorizados sobre os demais movimentos nacionais; há alguns esclarecimentos sobre a forma de gestão financeira dos sindicatos; Ranulfo frisa a importância do desenvolvimento do trabalho de base; conta-se como a Igreja serve como porta de entrada no cotidiano dos trabalhadores.

Fita 7 lado B – Ranulfo explica como estão se esforçando para construir uma nova mentalidade de sindicato e não desdenha das pessoas por trás da Contag, mas discorda dos métodos de trabalho da Confederação; Cândido Grzybowski faz uma retrospectiva do histórico de cada um dos sindicalistas presentes e todos falam sobre os riscos que pode haver no sindicalismo: assistencialismo, gerenciamento pela Igreja, controle pela confederação, partidarização etc.

Fita 8 lado A – É comentado sobre o crescimento da oposição sindical no campo, mesmo que cada região não possa ser resumida a um só problema; frisa-se o problema de não ser o trabalhador o principal envolvido nas suas lutas e sim técnicos e assessores, portanto, o trabalho de base é fundamental; Ranulfo explica a necessidade do trabalho dele e da CUT de passar pela estrutura e não por fora; João Fernando frisa como o agricultor na sua região respeita autoridade, inclusive sindical – por exemplo, Fetag e Contag; por outro lado, a participação da Comissão do Alto Uruguai corre completamente fora da estrutura sindical.

Fita 8 lado B – Ana Motta questiona uma série de posições até então expostas: a mão única da Contag, o seu distanciamento das lutas etc; Ranulfo devolve a argumentação, elogiando e criticando a Confederação em alguns pontos; fala-se sobre a CUT e a sua diferença da Contag, especialmente pela força do trabalho de base; Ranulfo aponta a diferença de trabalhos entre assessores e “basistas”; afirma que o trabalho é benéfico desde que todos estejam atuando pela mesma causa; Sônia frisa como as críticas constantes dentro do movimento ajudam a fragmentá-lo e enfraquecê-lo.

Fita 9 lado A – Boaventura apresenta algumas das suas bandeiras de luta e como não há o apoio da Contag; João Fernando conta sobre lutas que a Fetag abraçou para, em seguida, esvaziar a luta; Regina Novaes desenvolve toda uma argumentação em torno do problema do isolamento e dos pontos de vista apresentados sobre a Contag; narra sua visão sobre o movimento em Pernambuco e discorda de algumas opiniões; há apresentação de vários pontos de vista; fala-se sobre a formação de uma identidade de classe dos trabalhadores do campo.

Fita 9 lado B – São discutidos os processos de politização do trabalhador; frisa-se o peso de desdobrar as vitórias em conscientização, pois é fundamental que o trabalhador não seja dependente de pessoas de fora; começa-se o tema da reforma agrária: de quem é o interesse, o papel do Movimento Sem Terra, como o tema é visto nas diferentes localidades; diferença entre reforma e colonização.

Fita 10 lado A – Boaventura critica a adesão de alguns dirigentes à propaganda do governo, confundindo o trabalhador; criticam-se os projetos de colonização; há questionamentos sobre a validade da Campanha pela Reforma Agrária e os projetos da Contag, por permitir a organização do latifundiário antes que o trabalhador esteja pronto; fala-se sobre as diferentes propostas de reformas agrárias veiculadas: as do governo, dos intelectuais e dos sem-terra;

Fita 10 lado B – Comenta-se como o avanço só ocorre com uma profunda organização; questiona-se o tipo de reforma agrária que pode ser desenvolvida dentro do sistema capitalista; discute-se o Estatuto da Terra e até onde ele é benéfico para o trabalhador: são levantados argumentos contra e a favor; Ranulfo discute a relação entre lei e direito e como a lei existe para cobrir um direito, portanto o Estatuto é usado nos limites dos direitos pleiteados.

Fita 11 lado A – João Fernando explica que o Estatuto da Terra serve para a burguesia que o apoia, ao passo que o trabalhador o nega, pois muitos sequer acreditam na vitória dos seus direitos; Regina acredita que a reforma agrária não entra no cotidiano da luta por ter ficado no plano de proposta política e não prática; Ranulfo crê no esvaziamento político do termo reforma agrária; muitos concordam que só haverá reforma com mudança de sistema.

Fita 11 lado B – Regina explica como a proposta formal de reforma precisa ser pensada no plano prático; João Fernando frisa como é preciso educar para avançar; Cândido explica como a não

aceitação da Contag dificulta a existência de bandeira unificada; Ranulfo diz que os trabalhadores rurais não falam mais em reforma e não participam destas questões; há discussão sobre o tipo de reforma tocada pelo governo; é frisado como o recebimento da terra não constitui reforma, pois é preciso garantir a manutenção na terra.

Fita 12 lado A – Discute-se a questão dos sem-terra: como se articulam, quem participa, de que forma estão organizados; Saul recorre ao exemplo da Encruzilhada Natalino para mostrar como só tomar a terra não é suficiente para manter a agricultura coletiva: os trabalhadores retomam à lógica capitalista individualista.

Fita 12 lado B – Cita-se como os órgãos do governo funcionam para os grandes, mas não para os pequenos; os bancos e o serviço de empréstimo também são problemas para o trabalhador constantemente endividado; o problema da grilagem também é lembrado e discutido; Cândido repete o pedido para que as atenções sejam voltadas para a questão da Igreja; Ranulfo tenta explicar que a relação com a Igreja é bastante complexa.

Fita 13 lado A – Cada sindicalista apresenta sua relação com a Igreja: se foi apenas inicial, se combativa, se participativa etc; Ranulfo tece algumas considerações sobre a organização da Igreja.

Fita 13 lado B – Menciona-se a importância de separar liderança sindical da liderança da Igreja, para não confundir o trabalhador; cada sindicalista apresenta as igrejas presentes na sua região: luteranas, evangélicas, batistas, católicas etc; falam sobre a relação das manifestações entre o político e o religioso; alguns se questionam sobre a completa integração, pois isso pode até mesmo prejudicar o movimento.

Fita 14 lado A – Ranulfo explica como precisa sempre trabalhar com a Igreja, mas na medida em que essa relação ajude e não atrapalhe o trabalho do sindicato; Boaventura conta casos em que pressionaram o padre para conseguirem espaço de atuação; fala-se sobre a diferença entre CPT e Fundifran; Cândido conta como o trabalho da Fundifran mudou de assistencialista para algo mais concreto; Ranulfo explica como a Igreja tem se adaptado à nova realidade, sob pena de perder espaço; fala-se sobre a participação da Igreja nas lutas, que ajuda de alguma forma, pois legítima.

Fita 14 lado B – Ranulfo explica que as reuniões do sindicato também incorporaram elementos da Igreja para ganhar mais interesse; discute-se um termo reiteradamente posto: “igrejeiro”; discutem-se as formas de trabalho coletivo e a necessidade de mudança de mentalidade para tal; são debatidos os instrumentos da Igreja para atuação e a forma de atuação da CPT.

Fita 15 lado A – Mantém-se a discussão sobre formas de atuação da Igreja: liberdade ou não de atuação de padres, bispos e movimentos oriundos da Igreja; há questionamentos se a Igreja poderia ser considerada um partido; discutem a questão partidária propriamente dita e situam o PDS como o grande partido no interior; falam das formas de atuação do partido e que não lhes resta solução a não ser formar oposição.

Fita 15 lado B – Todos concordam que o PDS é maioria nas suas regiões; Boaventura narra um caso de conscientização partidária que fizeram com a população local e como perdem no atendimento dos seus pleitos quando votam em pessoas de fora do movimento; pergunta-se sobre a relação entre partido e sindicato e Ranulfo explica como o trabalho é dividido;

Boaventura frisa a dificuldade de o trabalhador entender a mistura Igreja-Partido-Sindicato; é frisado como o PT tem crescido nessas regiões e, em alguns casos, dentro dos sindicatos; frisa-se a importância de politizar o trabalhador, pois é um canal importante de reivindicação; o seminário é concluído sem palavras finais de encerramento.



DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Aula Magna UFRJ (2008)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): João Pedro Stédile

DADOS BIOGRÁFICOS: Membro da Coordenação Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Natural de Lagoa Vermelha (RS), filho de pequenos produtores rurais, é economista, formado pela PUC/RS. Fundador do MST e Via Campesina. Foi membro do diretório nacional do PT – Partido dos Trabalhadores.

DEMAIS PALESTRANTE(S): Ageu Cavalcante Pacheco Júnior (coordenador-geral do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ); Aluísio Teixeira (reitor da UFRJ); Ana Maria de Castro (professora da UFRJ); Ângela Rocha dos Santos (decana do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza da UFRJ); Carlos Rangel Rodrigues (diretor da Faculdade de Farmácia da UFRJ); Cristina Riche (ouvidora-geral da UFRJ); Geraldo Nunes (coordenador de convênios e relações internacionais da UFRJ); Hélio de Matos Alvez (prefeito da UFRJ); Isabel Cristina de Azevedo (superintendente-geral da pró-reitoria de extensão da UFRJ); Isis Braga (diretora adjunta de intercâmbio cultural da UFRJ); João Eduardo Fonseca (chefe de gabinete da UFRJ); Luís Afonso Enriques Marins (pró-reitor de pessoal da UFRJ); Maria Antonieta Rubio Tyrrel (diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery da UFRJ); Maria Fernandes Santos Quintela Nunes (diretora do Instituto de Biologia da UFRJ); Maria Lídia Souza da Silveira (professora da UFRJ); Milton Flores (superintendente da SGC); Raimundo de Oliveira (presidente da Fundação Universitária José Bonifácio da UFRJ); Sílvia Lore Martins (diretora do Observatório do Valongo da UFRJ).

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Aula magna do ano letivo de 2008 da UFRJ, sobre o tema “Terra, saberes e democracia”.

DATA: 2008

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/sem mp3.amufrj	CD 1 – 01h12min CD 2 – 01h12min	Sim	Áudio em boa qualidade
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Agroindustrialização
Agronegócio
Capitalismo comercial
Capitalismo industrial
Celso Furtado (ministro do Planejamento)
Colonato
Governo Lula (2007-2010)
João Pedro Stédile (dirigente MST)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Período Colonial
Plantation
Questão agrária
Reforma agrária
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Via Campesina

SUMÁRIO:

CD 1

Abertura da mesa: avisos iniciais; breve explicação sobre o que é a aula magna e o valor simbólico que deve ter a pessoa convidada para proferi-la; apresentação dos integrantes da mesa; passagem da palavra ao reitor da UFRJ, Aluísio Teixeira;

Aluísio Teixeira (reitor da UFRJ) – declara aberta a cerimônia da aula magna do ano de 2008; dá boas vindas à comunidade;

Mestre de cerimônia - Anúncio da entrada da comissão de honra composta pelos professores da UFRJ; execução do hino nacional;

Aluísio Teixeira (reitor da UFRJ) – diz que deveria apresentar João Pedro Stédile, mas que acredita que ninguém desconheça de quem se trata; destaca significado simbólico da presença de João Pedro Stédile na aula magna; fala sobre reconhecimento que a comunidade da UFRJ faz de que o conhecimento que produzem não é único – existência de diversas formas de

conhecimento; fala sobre necessidade do estreitamento da relação entre universidades e a sociedade e os movimentos sociais;

Esteban Ferreira (diretor do Centro Acadêmico de Física da UFRJ/ militante da União da Juventude Rebelião) – anuncia o evento EJA (Encontro Internacional da Juventude Anti-Fascista e Anti-Imperialista); fala sobre temática do EJA;

João Pedro Stédile (dirigente MST) – Cumprimenta presentes; agradece o convite para participar da aula magna e a possibilidade de trazer a representação do MST e da Via Campesina no espaço da universidade brasileira; conta que alguns setores conservadores se assustaram com esse convite; comenta posicionamento da elite brasileira sobre as universidades públicas brasileiras; conta sobre sua chegada na universidade para a palestra; fala sobre parceria entre UFRJ, MST e Via Campesina para construção de um curso de especialização em Filosofia e ensino de ampliação dessa parceria; abre temática sobre questão agrária brasileira; diz que quer compartilhar como o MST e a Via Campesina vêem a questão agrária brasileira; fala sobre o conceito de questão agrária – origens do estudo do conceito; problema da concentração de terra para o capitalismo; cita artigo de Francisco Graziano da Silva (secretário de Meio Ambiente de SP), na Folha de S. Paulo, em que afirmava que no Brasil não havia mais questão agrária; afirma desenvolvimento das forças produtivas no Brasil; afirma desenvolvimento do capitalismo na agricultura sem nenhum empecilho; afirma que, nem por isso, deixa de existir uma questão agrária na sociedade brasileira; recorre ao conceito clássico de questão agrária para entender o que ocorre na sociedade brasileira; afirma que a questão agrária é uma área do conhecimento científico que se apropria de vários instrumentos para poder explicar como, em determinados períodos na sua evolução, as sociedades se apropriam da terra e como essas sociedades organizam a produção na natureza para atender as suas necessidades; diz ser uma ignorância reduzir o tema da reforma agrária à ausência de empecilhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura; inicia estudo sobre a sociedade brasileira – compreensão de como a sociedade brasileira se apropriou da terra e organizou a produção dos bens que necessita; explica metodologia de ensino do MST; explica porque sociedade brasileira foi marcada pelo período pré-colonial; comenta sobre modo de produção do comunismo primitivo das populações indígenas do Brasil e sua relação com a terra; afirma que essas populações predominaram como extrativistas e não como agricultoras; fala sobre *invasão* do Brasil em 1500 e imposição do capitalismo comercial; comenta importação da mão-de-obra para o Brasil através da escravização dos povos africanos; comenta sobre manutenção do território brasileiro à coroa portuguesa; fala sobre monopólio do território brasileiro e concessão de terras pela coroa portuguesa; fala sobre polêmica que se manteve até os anos de 1960, na esquerda brasileira e nas universidades, sobre como caracterizar esse período colonial do capitalismo comercial; fala sobre argumento da direita nesse sentido; afirma contenção dessa polêmica a partir do golpe de 1964; cita estudo de Vladimir Ulianov (Lênin) sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia; cita estudo de Jacob Gorender, realizado na cadeia, de 1970 a 1975, sobre o período colonial do capitalismo comercial, que resultou no livro “Escravidão colonial”; explica contribuição de Jacob Gorender sobre o assunto; fala sobre conceito da “plantation”; explica queda da Plantation no Brasil; indica filme “Queimada”, sobre falência da Plantation e pressão do capitalismo inglês para a ocorrência de mudanças na agricultura colonial brasileira; 1850 – primeira Lei de Terras no Brasil; importância da primeira lei de terras – introdução da propriedade privada da terra no Brasil; critica posicionamento de ruralistas que afirmam que as terras sempre foram deles, como direito absoluto; 1875-1914 – importação de mão-de-obra camponesa européia para o Brasil; cita forma de parceria entre camponeses e lavouras de café no sudeste do Brasil (colonato); explica as duas origens dos

camponeses no Brasil; 1930-1980 – nova etapa do capitalismo, industrialização da sociedade brasileira; comenta processo de urbanização do país; explica subordinação da agricultura aos interesses da indústria; fala sobre processo migratório do campo para as cidades; explica relação entre salário mínimo e o valor da cesta básica; fala sobre aparecimento da agroindústria; afirma que a reforma agrária foi feita em todas as sociedades estrangeiras quando chegaram ao capitalismo industrial; cita Guerra de Secessão nos EUA; comenta reforma agrária japonesa; explica motivo da burguesia brasileira não ter realizado a reforma agrária; 1961 – primeira crise do capitalismo industrial brasileiro; retorno das teses da reforma agrária clássica na sociedade brasileira; fala sobre defesa de Celso Furtado (ministro do Planejamento) pela reforma agrária; afirma que lei preparada por João Goulart, idealizada por Celso Furtado, é até hoje a lei mais radical de reforma agrária que o Brasil possui; explica motivo de radicalização daquela lei; comenta prisão e exílio de defensores da reforma agrária durante Regime Militar; 1980 – crise do modelo de industrialização brasileiro; 1990 – defesa da subordinação da economia ao capital financeiro internacional pelas elites brasileiras; explica o que é o neoliberalismo; comenta eleição de 1989 e projeto da esquerda e dos movimentos populares como opção ao projeto das elites brasileiras; afirma que divisão da esquerda entre Leonel de Moura Brizola e Luís Inácio Lula da Silva teve como consequência a perda das eleições; fala sobre implantação do modelo neoliberal; cita privatização da Vale do Rio Doce;

CD 2

João Pedro Stédile (dirigente MST) – continua a falar sobre privatização da Vale do Rio Doce; explica o que mudou para a agricultura sob domínio do capital internacional; fala sobre formação de grandes empresas oligopólicas; cita exemplo da Monsanto e da Bunge; fala sobre agronegócio – relacionamento entre o fazendeiro capitalista e a empresa multinacional; fala sobre ausência de preocupação social do agronegócio; comenta multiplicação das formas de câncer a partir do uso de herbicidas; fala sobre vinda de fábricas de transnacionais para o Brasil e consequências do cultivo do mono eucalipto; afirma que luta atual da sociedade brasileira não é mais a reforma agrária clássica, devido ao processo de desindustrialização do país; afirma necessidade de enfrentamento do domínio das multinacionais; diz que está em jogo a soberania do país; fala sobre consequências da inserção da soja transgênica no Rio Grande do Sul;

Raimundo de Oliveira (professor do Instituto de Matemática Aplicada e presidente da Fundação Universitária José Bonifácio da UFRJ) – diz que, ao contrário do que Stédile coloca, não é verdade que as pessoas tem acesso ao conhecimento passado; diz que o que se conhece é a versão que se é imposta diariamente; elogia aula dada por Stédile;

Geraldo Nunes (coordenador de Relações Internacionais) – pergunta sobre estrutura de organização do MST; fala sobre capacidade do MST de se mobilizar por todo o país;

Fernando (geógrafo do programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) – pergunta como se dá de fato a produção dentro dos assentamentos e dos acampamentos e qual a diferença dessa forma produtiva para o trabalho assalariado, para o agrobusiness e outras formas tradicionais no campo;

Luís Eduardo Podes (professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis) – pergunta se o MST teve oportunidade de convidar Guido Mantega (Ministro de Estado da Fazenda/Governo Lula) para debater; questiona até que ponto a situação agrária são variáveis estruturais ou conjunturais; questiona até que ponto as condições objetivas exigem o

ajustamento do discurso à prática; comenta sobre origem da Bunge; questiona se para o MST não seria mais interessante entender as estratégias das multinacionais para poder negociar por dentro; cita atuação do Greenpeace sobre a Shell; resume perguntas: perspectiva universidade - movimentos sociais e porque não entender mais multinacionais na sua origem histórica;

João Pedro Stédile (dirigente MST) – afirma satisfação em ver pessoas interessadas pelo MST; diz esperar que tenham compreendido a visão doutrinária do MST sobre a reforma agrária; critica política de assentamento em curso no Brasil; afirma que o debate que a sociedade brasileira deve fazer agora é sobre o tipo de reforma agrária é necessário; explica reforma agrária necessária para o Brasil; comenta sobre palestra dada na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo); afirma que o MST é um movimento republicano e não socialista; afirma que não existe uma classe dominante disposta a fazer um projeto de desenvolvimento nacional no Brasil; fala sobre necessidade da democratização da propriedade da terra; comenta sobre privatização das sementes através das patentes de sementes transgênicas; exemplifica com cobrança de royalties pela Monsanto; fala sobre movimento de privatização do acesso à água; explica projeto de reforma agrária do MST; fala sobre necessidade de desenvolvimento de novas técnicas agrícolas que não dependam do agrotóxico; fala sobre parcerias com universidades para formação de agrônomos com origem no MST; afirma que MST faz grande esforço para a democratização do conhecimento; fala sobre degradação do meio ambiente e da produção de alimentos pelas transnacionais; diz que MST gostaria muito de dialogar com Guido Mantega; afirma que mudanças para o Brasil não precisam de um ministro ou de Lula; explica que Brasil precisa retomar as mobilizações de massa para mudar as correlações de força; afirma que no capitalismo industrial a classe dominante reproduzia a sua ideologia através das igrejas, das escolas e dos partidos políticos; afirma que no neoliberalismo, no domínio do capitalismo financeiro, não é necessário preparar a mão-de-obra e que esses três instrumentos estão falidos; afirma que os meios de comunicação tomaram lugar desses três instrumentos na reprodução da ideologia; explica que é necessário encontrar mecanismos para fazer a contra ideologia; diz que a explicação de como funciona o MST vai ter que ficar para o ano que vem; convida para agendamento de visita aos assentamentos e acampamentos do MST; diz que MST nasceu na luta contra a ditadura; diz que nesse contexto influíram os princípios clássicos da organização trabalhadora e a influência dos velhos dirigentes camponeses; comenta sobre sessões de debates com Julião, Francisco Lage, Lindolfo Silva; explica princípios desenvolvidos a partir dessas experiências: 1) tudo no movimento é organizado na forma de comissão; 2) todas as instâncias do movimento são coletivos (colegiados); 3) divisão de tarefas de acordo com as habilidades e, conseqüente, organização de setores de atividades que começam no assentamento até a direção; 4) disciplina; 5) todo militante do MST é induzido a estudar;

Denise Rocha Gonçalves (professora do Observatório de Valongo da UFRJ) – elogia a palestra; (corte na gravação)

Homem não identificado – fala sobre importância da presença do MST para o movimento sindical da UFRJ; concorda que não existem frações burguesas com interesses no desenvolvimento autônomo do país; fala sobre ausência de apoio da burguesia às universidades públicas; diz que futuro das universidades vai depender das lutas sociais;

Leticia (estudante da Escola Nacional Florestan Fernandes e do CPDA da UFRRJ) – afirma que quando se fala de MST e Via Campesina são muitos sujeitos; pede avaliação atual das mulheres

da Via Campesina em resistência ao agronegócio, trazendo a bandeira da soberania alimentar, como tema que rompe com a ideia de que há uma especificidade das mulheres;

João Pedro Stédile (dirigente MST) – fala sobre questão da propriedade da terra no Brasil; fala sobre o conhecimento da agroecologia nos assentamentos; responde pergunta sobre a reforma agrária popular; cita reformas agrárias do México, da Bolívia e da Nicarágua; diz que proposta do MST não é a coletivização da terra diante das condições concretas de mudanças; afirma que acreditam ser possível implementar uma reforma agrária popular se houver a conjugação de três fatores: 1) um movimento camponês organizado; 2) um governo popular (contrapõe governo Lula como sendo um governo de composição de classes); 3) a implementação de um novo modelo de desenvolvimento nacional; comenta caso da Venezuela que não possui um movimento camponês organizado, mas que tem os dois outros fatores; responde pergunta sobre modelo de agroenergia; critica o conceito de biodiesel; coloca posicionamento da Via Campesina sobre o modelo de agroenergia; afirma que a cana como monocultivo é agressora do meio ambiente e altera o aquecimento global; fala sobre energia gerada por meio de óleo vegetal; comenta problema do monopólio da informação.

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Debate sobre Greve dos Canaveiros de Pernambuco (1980)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): José Rodrigues e José Francisco da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente da Fetape e Presidente da Contag, respectivamente.

DEMAIS PALESTRANTE(S): Não identificado

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Debate realizado por ocasião da vinda de lideranças da greve dos canaveiros de Pernambuco ao Rio de Janeiro em 1980

DATA: 16/10/1980

LOCAL: Sindicato dos Rodoviários e Sindicato dos jornalistas. Rio de Janeiro, RJ.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/sem k7.gpe	02 Fitas K7/60min	Não	Qualidade do áudio ruim
MP3	MSPP/sem Mp3.gpe	01h59min	Sim	Fitas de 01 e 02 reunidas em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Boia-fria
Canavieiros
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Convenção coletiva de trabalho
Direito trabalhista
Dissídio coletivo
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fundo de greve
Greve de Pernambuco (1980)
Lei de greve
Medição da cana
Parceleiro
Piso salarial
Reajuste salarial
Relações de trabalho
Trabalhador assalariado

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A – As lideranças falam sobre a convenção coletiva que seria publicada no Diário Oficial; comentam sobre a produtividade e o preço da cana e as condições de trabalho na época e avaliam a influência destas condições para o início da greve; contam como os trabalhadores demandaram o comando de greve; falam sobre as deliberações da assembleia dos trabalhadores e sobre a legalidade da greve; comentam sobre a diária recebida mediante as toneladas de cana cortadas; falam sobre a organização dos trabalhadores pelo sindicato e as articulações políticas no local.

Fita 1 lado B – Comentam como os acordos com o engenho foram inseridos na convenção coletiva de trabalho; falam das conquistas da greve, como 13º. salário e seguro por acidente de trabalho; distinguem o trabalhador “fichado” e os boias-frias; relatam como se deu o crescimento do número de grevistas na região e o período da greve; comentam a participação de alguns trabalhadores num encontro; citam os trâmites jurídicos do caso e os direitos conquistados; falam sobre a cooperativa integrada à reforma agrária e sua administração; falam de uma associação criada para articular trabalhadores de uma usina desapropriada na região; analisam a relação entre cooperativas e reforma agrária e as vantagens e desvantagens da cooperação para os trabalhadores.

Fita 2 lado A - Falam de relações de trabalho e as difíceis condições para garantir a greve; citam o apoio dos urbanos e a influência do 3º Congresso da Contag para a organização dos trabalhadores rurais; avaliam o sindicalismo rural e o impacto do golpe de 1964 para a organização dos trabalhadores; analisam as formas de luta e as políticas públicas para o pequeno produtor; falam sobre a repressão sobre os sindicatos rurais e do apoio e solidariedade dos sindicatos e federações de outros estados à greve.

Fita 2 lado B – falam da reação contra a greve nas esferas do Estado (Lei de Segurança Nacional) e a pressão das usinas.

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Debate sobre projeto sindical para os assalariados (década de 1980)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): Avelino Ganzer

DADOS BIOGRÁFICOS: Sindicalista rural e fundador da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Coordenador do DNTR/CUT.

DEMAIS PALESTRANTE(S): Leonilde Sérvolo de Medeiros (UFRRJ), Alex Agreccia (Escola Sindical 7 de Outubro), Analise (local).

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Não consta

DATA: Década de 1980

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES: Trata-se de uma transcrição datilografada, identificada à caneta como “1º debate c/Avelino”, possivelmente ocorrida em 1988 ou 1989, no Rio (CEDI) ou São Paulo (CUT ou Instituto Cajamar).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/sem. trans.av		Sim	Há arquivo digital no acervo.

DESCRITORES:

Assalariado rural
Campanhas salariais
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dissídio coletivo
Ditadura Militar (1964 – 1985)
Empresa Central Barreiros
Greve
Lei de greve
Luta de classes
Mercado de trabalho
Nordeste
Pernambuco
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fita 2, lado B

Avelino Ganzer – Fala sobre situação dos assalariados a partir da perspectiva da intervenção da Contag nas campanhas salariais; afirma que a ação da Contag se dá dentro do mercado de trabalho, dentro do que é colocado pela ordem capitalista e nos limites do que é legal; fala sobre papel do Estado nessa luta: estabelecer o marco para que a luta não ultrapasse o da negociação por melhores condições de trabalho e salários; explica o que é essa compreensão da luta dentro do mercado de trabalho: transformação do trabalhador em trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho; coloca dois pontos dentro dessa perspectiva: 1) a intensificação da exploração dos trabalhadores assalariados pelos proprietários agroindustriais e 2) a possibilidade dos trabalhadores em interferir na dinâmica desse mercado; questiona o papel do sindicato, enquanto trabalhador coletivo organizado, de buscar melhores condições de venda da força do trabalho; questiona que condições devem estar presentes, do ponto de vista subjetivo e objetivo, para que os trabalhadores se convertam em força política capaz de lutar pelo controle do mercado de trabalho; afirma que o mercado de trabalho é um espaço de luta e de confronto, onde se expressa a contradição entre capital e trabalho; afirma que a intervenção do movimento deve ser feita a partir da avaliação dessa correlação de forças dentro do mercado de trabalho; fala sobre processo de surgimento das campanhas salariais em Pernambuco: período (final dos anos 1970), sindicatos envolvidos (Rio Formoso, Barreiros e São José da Coroa Grande); opina sobre a importância da integração desses três sindicatos; explica como ocorreu essa integração: exploração do trabalho pela empresa Central Barreiros nos três municípios; diz que a partir dessa experiência a Contag passa a pensar em como generalizar a integração dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho; fala que Pernambuco aproveitou a experiência do Rio de Janeiro na luta do dissídio coletivo para pensar a mobilização dos trabalhadores em torno da elaboração das suas reivindicações de forma mais ampla; explica que a zona canavieira de Pernambuco apresentava 40 municípios em condições de trabalho semelhantes, além da memória da luta dos trabalhadores no pré-64; cita lutas pontuais existentes no período pós-golpe (1964); comenta sobre campanha salarial de 1979; opina sobre importância da Contag nessa campanha; fala sobre uso da Lei de Greve como

mecanismo de intervenção da Contag na campanha salarial; afirma transformação da Lei de Greve de obstáculo para instrumento de mobilização; diz que a Lei de Greve possuiu um efeito pedagógico no sentido de clarear a consciência dos trabalhadores; reafirma a atuação da Contag dentro dos limites do que é legal para impedir a repressão por parte do Estado.

Fita 3, lado A

Avelino Ganzer – Comenta sobre força da Lei de Greve para mobilizar os sindicatos nas campanhas de 1979 e 1980; diz que estratégia foi sendo estendida para o conjunto Nordeste; opina que essas lutas legitimaram a ação da Contag; explica que por serem greves expressivas exercem não só uma grande pressão nos proprietários rurais como no próprio aparelho de Estado encarregado de solucionar o conflito; afirma que o nordeste foi o laboratório da Contag para essas campanhas salariais; defende uma desmistificação dessas campanhas em torno da sua mobilização, elaboração de pauta e processo de negociação; comenta falhas das campanhas: grau baixo de cumprimento do que é acordado, atuação de milícias privadas, exclusão de trabalhadores mobilizados na greve (ex: trabalhadores clandestinos), ausência de publicidade da pós-greve; opina ser pernicioso a colocação da experiência de Pernambuco para outras regiões em que ela não se adequa; diz que a Contag não dá conta de trabalhar as especificidades e diferenças de cada Estado e regiões; critica forma como a Contag, a partir de 1981, passa a propagar o modelo de Pernambuco para outras regiões; exemplifica região em que o modelo não deu certo: sul de Minas Gerais; cita casos de regiões que criaram seus próprios modelos e deram certo: Rio de Janeiro e São Paulo; defende que a estratégia não é uma coisa dada de antemão, que precisa ser pensada e reelaborada a partir de uma leitura a cada momento da correlação de forças; afirma não haver contradição em não seguir o modelo da Contag; diz ser necessário pensar um pouco mais sobre os processos vivenciados nas experiências que não seguiram o modelo da Contag; reafirma forma de atuação da Contag como sendo dos meios legais dado pelo Estado e sem colocar no horizonte como eliminar do mercado os proprietários dos meios de produção agroindustriais; comenta sobre criação de áreas de plantio durante as greves de Passos (MG, 1983) e em São Paulo (Governo Montoro); opina sobre essa estratégia de campanha de uma produção coletivizada, mecanizada e negociada entre trabalhadores;

Beto (?) – Comenta sobre experiência da Paraíba em relação à área de assalariado enquanto tentativa de resistência ao modelo implantado pela Contag no início da década de 1981; cita transformações ocorridas na região que serviram como base à resistência; diz que movimento foi puxado por setores da Igreja e pela Comissão Canavieira; cita contexto vivido na época: assassinato de Margarida Alves, encontro de delegados sindicais convocado pela Contag, pressão da Contag para assumir o controle da greve e das campanhas salariais na Paraíba;

Avelino Ganzer – Explica forma do discurso e de persuasão da Contag para dirigir os sindicatos;

Fita 3, lado B – Em Branco.

Fita 4, lado A

Avelino Ganzer – Afirma que estrutura de atuação da Contag é vertical, de cima para baixo, cita exemplo da Paraíba e tentativa de levar a puta da CUT para dentro da Contag nesse sentido; diz que sindicalistas possuem dificuldade de enfrentar essa estrutura da Contag por serem criados dentro dela; compara a Contag a um rolo compressor diante de propostas alternativas às delas;

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Debate condições de luta no Pará (2005)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): Frei Henri Burindes Roziers e Maria Joelma da Costa

DADOS BIOGRÁFICOS: Henri Burindes Roziers é frade dominicano, nascido na França em 1930. Formado em Letras pela Universidade de Sorbonne e em Direito Comparado pela Universidade de Cambridge, entrou para a ordem religiosa em 1964. Veio para o Brasil em 1978, tendo atuado em Goiás (Goiás Velho), Tocantins (Bico do Papagaio) e Pará (Xinguara). Dedicou-se a luta contra o trabalho escravo, além de exercer a função de advogado da Comissão Pastoral da Terra. Recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais pela sua luta pelos Direitos Humanos. Maria Joelma da Costa, conhecida como Dona Joelma, é líder sindical na região de Rondon e presidente do STR de Rondon, no Pará. Original do Maranhão, Joelma foi para o Pará em 1984, com seu marido e filhos, em busca de terras oferecidas pelo governo. Seu marido, José Dutra da Costa (conhecido como Dezinho), era liderança local desde 1990, tendo assumido a presidência do STR de Rondon em 1993. Em 21 de novembro de 2000, Dezinho foi assassinado a mando dos fazendeiros locais. Dona Joelma assumiu o sindicato e, como seu marido, recebe ameaças de morte pela sua luta na região.

DEMAIS PALESTRANTE(S): Por se tratar de debate, não há entrevistadores. Há, contudo, a participação da coordenadora da mesa, professora Leonilde Servolo de Medeiros, além de perguntas e intervenções feitas por alunos e pesquisadores do CPDA.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Debate sobre as condições da luta no Pará

DATA: 07/04/2005

LOCAL: CPDA, Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/Sem K7.hejo	02 fitas/k7 90 min	Não	Áudio bom, separado em fitas de 90 min
MP3	MSPP/Sem mp3.hejo	02h09min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/Sem res.hejo	05 páginas	Sim	Há cinco páginas com resumo expandido

DESCRITORES:

Assentamento rural
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Conflito de terra
Dorothy Stang (missionária)
Exploração madeireira
Fetagri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá
José Dutra da Costa, o “Dezinho” (sindicalista rural)
Justiça Penal
Organização sindical
Pará
Poder local
Pecuária
Reforma Agrária
Rondon (PA)
Soja
Trabalho escravo
Violência no campo
Xinguara (PA)

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A: Há exposição inicial de Maria Joelma Dias da Costa, conhecida como Dona Joelma; agradece ao convite e fala sobre sua história de vida; relembra a trajetória de seu marido, liderança local que acabou assumindo a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará; explica como José Dutra da Costa, o Dezinho (seu marido) lutou pelos direitos dos trabalhadores e como essa atuação acabou gerando riscos para o poder dos

fazendeiros locais; relembra o dia em que seu marido foi assassinado; detalha os esforços até hoje feitos para que os culpados pelo assassinato fossem julgados e punidos; conta sobre sua atuação enquanto presidente do STR de Rondon do Pará, e as ameaças que também sofre do poder local; relata as mortes de outros sindicalistas, acarretando na proteção policial de Joelma; conclui sua fala frisando ser essa realidade de todo sindicato combativo na região.

Frei Henri inicia sua apresentação e conta sua origem e trajetória até a região do Pará; tece comentários sobre a péssima situação da reforma agrária no Brasil e atrela o mau funcionamento aos casos de morte, perseguições e assassinatos; apresenta uma série de dados e estatísticas sobre os conflitos de terra no Pará, agravados pela alta impunidade.

Fita 1, Lado B: Há uma longa intervenção do Padre Ricardo Rezende, também da CPT do Pará; o padre tece três fatores trágicos existentes na região: trabalho escravo, concentração fundiária e danos ambientais; tece comentários sobre os debates governamentais pelo fim da violência no campo e do esforço em aprovar legislação que punisse o proprietário de terras que se valesse de mão de obra escrava; frisa como não há nenhuma antecipação do governo aos problemas, notando como a atuação governamental só ocorre a reboque dos conflitos; ao concluir sua intervenção, frisa duas coisas: que a mesma força conservadora que existia anos atrás ainda existe no governo Lula, e que existe uma enorme incapacidade pública no gerenciamento da burocracia.

Há abertura para perguntas e outras intervenções do público presente; Dona Joelma responde pergunta sobre entrada da soja no Pará: diz que é inicial, mas na sua região, ainda persistem exclusivamente as madeiras e a pecuária; Frei Henri concorda sobre a entrada ainda incipiente da soja no Pará e mostra-se preocupado com as consequências para a produção familiar; há abertura de um segundo ciclo de perguntas.

Fita 2, lado A: Dona Joelma faz um relato sobre o tipo de atuação sindical que existente na sua região; Frei Henri responde a pergunta sobre a relação da CPT com a classe patronal; comenta sobre o processo de difamação da CPT pelos jornais controlados pelos poderosos locais; apresenta as diferentes atuações existentes no Pará, conforme os atores e suas articulações; frisa a necessidade de trabalhos de base, para recuperação de movimentos mais combativos e menos “viciados”; a coordenadora do debate agradece a presença dos convidados e dos presentes e encerra mesa.

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Seminário Nacional “A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia” (2006)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): Joênia Carvalho, Deuselina Francisco Maia de Souza, Rosa Silva, Francisco de Mário Souza e Maria de Jesus Ferreira.

DADOS BIOGRÁFICOS: Joênia Carvalho é representante indígena, advogada, coordenadora da Assessoria Jurídica do Conselho Indígena de Roraima – CIR e conselheira no Núcleo Insikiran, da Universidade Federal de Roraima; Deuselina Francisco Maia de Souza é presidente Associação Kalunga de Cavalcante, secretária municipal de Integração Racial, membro ativa da luta pela terra do povo Kalunga na zona rural dos municípios de Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre, em Goiás; Rosa Silva é liderança do Assentamento Carlos Lamarca – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, Sarapuí – SP; Francisco de Mário Souza é representante do Movimento de Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE; Maria de Jesus Ferreira é membro da Diretoria Executiva da ASSEMA (Associação em áreas de Assentamento do Estado do Maranhão), trabalhadora rural quilombola e quebradeira de coco na Comunidade Quilombola Monte Alegre, em São Luis Gonzaga, MA.

DEMAIS PALESTRANTE(S):

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Segundo encontro realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, com intuito de ampliar o debate e possibilitar a troca de experiências entre psicólogos e comunidades indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, trabalhadores atingidos por barragens, acampamentos e assentamentos rurais, sem-teto e movimentos sociais diversos relacionados ao tema da terra.

DATA: 21/07/2006

LOCAL: Finatec, UNB, Brasília, DF

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: O evento foi realizado entre os dias 20 e 22 de julho de 2006. Contudo, a gravação disponível para consulta limita-se ao painel realizado no dia 21 de julho com o tema: “Subjetividade Constituída nas Relações com a Terra”, com a participação das lideranças acima descritas.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/sem K7.psi	02 fitas/k7 60 min	Não	Áudio bom, separado em fitas de 60 min
MP3	MSPP/sem mp3.psi	01h35min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/sem res.psi	04 páginas	Sim	Há quatro páginas com resumo expandido

DESCRITORES:

Assentamento Carlos Lamarca (Sarapuí, SP)
Comunidade indígena
Conflito por terra
Educação no campo
Quebradeiras de coco
Quilombo Monte Alegre (São Luiz Gonzaga, MA)
Quilombo Kalunga (Cavalcante, GO)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MABE – Movimento de Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
Raposa Serra do Sol (RR)
Sistema de agrovilas
Territórios quilombolas

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A: Há exposição inicial da coordenadora da mesa, justificando a importância de conhecer outras realidades e desafios; apresenta individualmente cada um dos expositores e, antes da fala de cada um, há a apresentação de um ritual com a pajé da comunidade indígena Raposa Serra do Sol; Joênia inicia sua exposição frisando a importância da luta coletiva, pois a comunidade indígena é vista de maneira muito negativa; menciona a importância de se desatrelar a ideia do índio com aquela do “bom selvagem”; diz ser necessário ampliar a noção entre crenças, cotidiano, comunidade indígena; traça um sintético panorama do problema da propriedade das terras indígenas usando o caso da comunidade Raposa Serra do Sol como exemplo; conclui sua fala reforçando a necessidade da haver maior compreensão sobre a vida dos indígenas, com maior aproximação entre governo e sociedade. Iniciada a exposição de

Deuselina, tece críticas ao tipo de propaganda política feita sobre a ajuda governamental para sua região, que na realidade é bem limitada.

Fita 1, Lado B: Deuselina apresenta um resumo de sua história de vida; descreve a ida do então presidente Lula à sua comunidade, tendo apresentado muitas promessas, poucas realizadas; mostra-se insatisfeita com a relação que a Universidade tem com sua comunidade: entende que os pesquisadores deveriam promover projetos na região e não apenas usá-los como objeto de estudo; Rosa tece longo histórico de sua trajetória de vida, apontando a saída e seu retorno ao campo; explica a sua entrada para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; descreve a trajetória de acampamentos em que viveu até se estabelecer no assentamento onde vive, em Sarapuí; aponta algumas das mudanças no estilo de vida dentro do assentamento: produção, educação, cultura, etc; conclui sua fala afirmando que com nova organização, as pessoas podem mudar suas formas de vida.

Fita 2, Lado A: Francisco também inicia sua fala apresentando sucintamente sua história de vida, além de explicar a relação da região com o projeto espacial brasileiro; detalha os planos de remanejamento das comunidades para as agrovilas; relata os problemas de insegurança alimentar em que vivem essas comunidades transferidas; menciona a possibilidade de expansão da base espacial, gerando mais remanejamentos da população quilombola; critica a relação do governo com as terras quilombolas, que deveriam ser analisadas pela relação homem-espaço, compreendendo a população e suas bases culturais locais; Maria de Jesus apresenta sua história de vida, relacionando a luta pela terra desde o governo Sarney nas décadas de 1960, 1970; aponta o processo de venda das terras para grandes empresas e fazendeiros; relata toda a luta que viveram para se manterem na terra.

Fita 2, Lado B: Maria de Jesus detalha a diferente relação que sua comunidade tem entre si e com a natureza; frisa a importância de haver escolas na região, para ensinar um outro modelo de vida e relação social; conclui sua fala com uma canção das quebradeiras de côco.

DADOS DO SEMINÁRIO/DEBATE:

TÍTULO: Seminário “Assentamentos de Reforma Agrária: Estratégias de Desenvolvimento Rural?” (1992)

APRESENTADOR(ES)/PALESTRANTE(S): Participação de diversos agentes governamentais e não-governamentais, professores e pesquisadores do tema.

DADOS BIOGRÁFICOS:

DEMAIS PALESTRANTE(S):

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Seminário “Assentamentos de Reforma Agrária: Estratégias de Desenvolvimento Rural?” foi organizado por Carlos Vainer, Ademar Ribeiro Romeiro, Sérgio Leite, Afrânio Garcia e Moacir Palmeira; além de apoiado pela FAO, UFF e Ibase. O seminário foi realizado a partir de um Relatório FAO, originado de um convênio assinado em 1991 entre o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Mara), a FAO, como órgão executor, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), financiador.

DATA: 1992

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Atenção para um conjunto de documentos anexos a pasta com informes e correspondências acerca do seminário.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

Conjunto: Seminários e Debates

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/sem. trans.ara	98 páginas	Sim	Com cópia da transcrição

DESCRITORES:

Agricultura e renda
Agricultura familiar
Assentamento
Camponês
Capitalização
Desenvolvimento rural
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Geração de renda
Meio ambiente
Questão ambiental
Rio de Janeiro
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Mesa de abertura:

Cândido Grzybowski (Ibase) – fala sobre aceitação da sociedade brasileira sobre ideia da geração de renda no contexto do trabalho rural; afirma que viabilidade econômica não pode ser em termos micros, a nível de análise para dentro da unidade de produção e nem unicamente as variáveis de relação com o mercado; fala em pensar a reforma agrária e a questão do assentado como uma luta (econômica e política) e romper com a lógica que o marginaliza; coloca nesse sentido a ideia de liberdade para os trabalhadores rurais marginalizados.

Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRRJ) – fala sobre assentamentos de reforma agrária no Brasil (dimensões, posicionamento do Estado, estudos sobre o assunto,); comenta sobre estudo da FAO, por Carlos Guanzioli; fala que estudo resultou no seminário em questão; afirma que seminário possui um cunho mais técnico, sobre os dados produzidos no estudo da FAO; comenta a temática do seminário: assentamentos de reforma agrária; comenta sobre possíveis divergências a respeito da ideia de reforma agrária entre os participantes do seminário.

Ademar Ribeiro Romeiro (UFF) – cita programa de regularização fundiária no estado do Rio de Janeiro, do professor Odilon, da UFF; comenta sobre conflitos pela terra no Rio de Janeiro; opina sobre a reforma agrária enquanto instrumento de correção do quadro institucional sobre o uso da terra como reserva de valor.

Mesa I – Os assentamentos rurais como objeto de pesquisa

Representante do Secretário de Agricultura do Rio de Janeiro – afirma que a Secretaria de Agricultura do estado Rio de Janeiro pega o efeito dos problemas dos assentamentos e não suas causas; concorda que os problemas não podem ser reduzidos a uma contabilidade e que o assentamento deve ser pensado como uma ação ideológica.

Roberto Moreira (CPDA/UFRRJ) – questiona, em termos metodológicos, as análises feitas pela FAO a respeito da eliminação da pobreza nas populações assentadas.

Plínio de Arruda Sampaio (Abra) – questiona a FAO sobre se os assentamentos produziram resultados econômicos razoáveis às famílias que foram assentadas, se elas estão melhores do que se não estivessem assentadas.

Maria Conceição D’Incao – opina e exemplifica sobre o porque se deve pensar o envolvimento dos pesquisadores com a situação do assentamento; afirma que interesse no estudo dos assentamentos está vinculados a uma defesa pela reforma agrária e pela redemocratização do país; a partir da análise do assentamento como processo de democratização, questiona até que ponto os assentamentos definem novas relações políticas e até que ponto os assentados poderão criar relações firmadas em cima de direitos e construir alternativas agrícolas para eles mesmos; expõe que um assentamento se diferencia por ser um local de encontro do Estado com os trabalhadores, além de participarem outras instituições (MST, sindicatos, igreja, etc.).

Agostinho Guerreiro – afirma mérito da pesquisa da FAO e abre para seus questionamentos; questiona quadro geral da pequena produção no Brasil e o quadro geral de abandono dos assentamentos; questiona indicadores positivos do estudo da FAO; afirma que é necessário relativizar a situação dos assentamentos com a situação da sociedade brasileira como um todo; questiona assentamento escolhido como objeto de estudo para o trabalho da FAO; diz que se deve tomar cuidado para que indicadores positivos não sirvam de argumento para a contra-reforma no sentido de obstaculizar a retomada do processo de reforma agrária; explica necessidade de um estudo histórico sobre as populações assentadas; explica necessidade de um levantamento não só pela opinião dos assentados, mas de um olhar mais técnico e acadêmico.

Neide Esterici – diz que questionamentos colocados foram em torno da questão de como tratar os assentamentos como objeto de pesquisa; diz que optou em ver como os próprios assentados enxergam os assentamentos e como os pequenos produtores se relacionam com esses; questiona como construir uma unidade para a ação política diante das diferenças entre os assentamentos; coloca questão da relação do Estado com os assentamentos e com os movimentos;

Edelcio Vinhas (Inesc-Brasília) – fala sobre característica excludente do modelo de desenvolvimento do Brasil; afirma ideia de mudança desse modelo ao invés da tentativa de democratizá-lo; defende um olhar sobre os assentados como indivíduos e não somente como laboratório; expõe posicionamento da direita sobre a reforma agrária.

Abdias Vilar de Carvalho (Incra/SP) – fala sobre importância do estudo da FAO; comenta o discurso da função econômica da reforma agrária; questiona a necessidade do apoio da burguesia industrial para a reforma agrária; fala sobre contribuição dos assentamentos para a economia apesar de todas as dificuldades vivenciadas; afirma que se deve pensar a reforma agrária não como um fator de desenvolvimento industrial, mas como assentamentos com uma rentabilidade econômica; afirma que o apoio dado pelo Estado aos assentamentos também ocorre em outros setores econômicos, como, por exemplo, a indústria; afirma que todas as práticas dos assentados se coadunam com o sistema capitalista – vínculo entre econômico e social; discute a ideia de um assentamento com relações políticas diferenciadas; explica o que é o assentamento cidadania; questiona sobre o que acontecerá aos assentamentos depois de serem emancipados; questiona onde a especificidade do assentamento está quando esses passam a ter seus eixos nas formas associativas.

Maria Conceição D’Incao – defende um posicionamento político claro dos pesquisadores; afirma que político, em assentamento, é enfrentar a questão econômica.

Carlos Vainer (Ippur/UFRJ) – diz que ter como objeto um assentamento de reforma agrária, significa ter uma visão de reforma agrária; defende que não houve reforma agrária; questiona se o objeto de estudo é um assentamento de reforma agrária ou um assentamento do Incra; fala sobre importância de analisar o tipo de processo que engendrou o chamado assentamento e qual o processo de desencadeamento que ele tem ou não; contextualiza suas colocações dentro da possibilidade de construção de um sujeito político específico;

Carlos Enrique Guanzioli – responde a respeito do caráter descritivo, contábil e economicista do trabalho da FAO; sobre a questão metodológica: explica que foram consideradas as diferenças no tempo econômico no que se refere à inflação e as diferenças existentes entre assentamentos de tamanhos distintos; afirma também ter sido considerado a proximidade dos assentamentos às estradas principais; explica que a escolha dos assentamentos foi feita aleatoriamente; explica que seria inviável fazer um estudo de solo sobre cada caso e que, por isso, optaram pelas informações fornecidas pelo próprio assentado;

Sonia Bergamasco (Unesp/Unicamp) –questiona ideia de que assentamentos seriam “celeiros da pobreza”; fala sobre relativização do abandono do Estado perante os assentamentos; diz que, quando se conversa com os assentados, eles afirmam estar melhor do que antes; fala sobre necessidade dos pesquisadores estarem dentro dos assentamentos; fala sobre diferenças do assentamentos às pequenas produções; afirma que assentados possuem proposições de luta e discussões específicas.

Maria Ignez Paulilo – afirma que, a respeito do propósito e projeto de vida, não há diferenças entre os assentados e os pequenos produtores; explica porque assentados são o pólo extremo de um grupo quer permanecer como pequeno produtor; explica comparação feita sobre assentamentos como laboratórios.

Homem (não identificado) – afirma que primeiros estudos foram um enfrentamento pesquisador-objeto; fala sobre relação Estado/assentamento; afirma que o Estado gastou muito pouco com os assentamentos; fala sobre importância do olhar político dos estudos sobre assentamentos; afirma que estudos sobre assentamento não são objeto de pesquisa somente da esquerda.

Mesa II – Renda: distribuição de renda e acumulação nos assentamentos

Carlos Enrique Guanzioli (FAO) – explica porque resultados do trabalho não podem ser interpretados de forma ufanista ou triunfalista por parte do governo; defende eficácia na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo através dos assentamentos; define a metodologia de avaliação de pequena produção familiar utilizada pela FAO; explica valor do autoconsumo no trabalho; defende análises do estudo da FAO referente à comparação de renda por trabalhador do assentamento com o salário do mensalista; explica motivo da falta de diferenciação entre bens pessoais e meios de produção no estudo da FAO.

Alfredo lussem – explica uso da análise das regressões com a renda total e a renda líquida no estudo; explica objetivo da pesquisa: o que faz com que em condições semelhantes alguns agricultores sejam bem sucedidos e outros não; nesse contexto, explica metodologia de trabalho utilizada.

Alessandro – continua a discutir a análise das regressões e seus resultados.

Afrânio Raul Garcia Júnior (PPGAS/MN/UFRJ) – discorre sobre dois pontos no trabalho da FAO: (1) a questão da estimativa da renda de consumo – questiona como a renda de autoconsumo se imbrica com as demais rendas monetárias; relaciona a lógica do autoconsumo com a lógica mercantil; explica recusa pelo nome de “produtos de autoconsumo” em detrimento do nome “produtos alternativos”; desenvolve a ideia de “integração ao mercado” a partir do conceito de “renda consumo”; afirma que o assentamento pode ser uma forma de integração ao sistema de mercados formador de preços, no sentido *kleiniano*, porque é mercado de terra, mercado de trabalho, mercado de produto e autoconsumo; defende questionamento sobre o grau de monetarização dos agentes em relação à sua inserção dentro do sistema de mercados, sua relação com a pauperização e a autoexploração; (2) a questão da categoria força de trabalho familiar – explica conceito de “lucro agrícola” que aparece no trabalho e o relaciona com as empresas de trabalho familiar; fala sobre problema da “capacidade ociosa” e situa uso da mão de obra feminina neste contexto; discorre sobre a ideia de “capitalização” nessas empresas familiares relacionando com: a possibilidade de acumular meios de produção, os indicadores de melhora de padrão de vida e investimentos coletivos; diferencia a capitalização com recursos próprios da capitalização com recursos externos e defende uma análise mais aprofundada a respeito; defende a adoção da noção de trajetória: a história anterior ao assentamento é constitutiva das práticas econômicas do assentamento; defende o estudo da diferenciação de rendas dentro dos assentamentos: “o que faz com que alguns ganhem mais do que os outros?”;

Ademar Ribeiro Romeiro – afirma que a questão crucial é o custo de oportunidade gerado pelo assentamento; diz ser fundamental colocar no cálculo da receita total a receita do autoconsumo; explica porque considera a renda de autoconsumo subestimada de modo geral; afirma que a renda obtida pelos assentados é maior que o salário de diaristas na agricultura ou o que receberiam na cidade; defende discussão sobre a validade dos assentamentos em relação ao seu custo de instalação; afirma que a pequena produção possui todas as condições de sobreviver frente ao processo de modernização da agricultura desde que haja acesso à terra e o mínimo de apoio governamental; fala sobre necessidade de discutir as alternativas de renda no setor urbano industrial e o risco de imigração do campo para a cidade; questiona se o futuro beneficiário da reforma agrária terá condições de manter e gerar uma renda superior à renda obtida nas cidades; faz breve análise sobre desenvolvimento econômico e social nas cidades; explica porque espera um aumento progressivo da renda obtida em assentamentos; diferencia processos de modernização do campo em uma pequena propriedade e em grades propriedades; expõe objetivo real da reforma agrária: permitir o acesso à terra e a existência de uma política agrícola.

Richard Dulley (IEA/SAA/SP) – opina sobre questão dos custos nos assentamentos.

Jurandir Zamberlam (Unicruz) – explica como foi feita a pesquisa sobre custos no trabalho da FAO.

Ângela Kageyama (IE/Unicamp) – opina sobre questão da remuneração da mão de obra familiar dentro dos custos; defende diferenciação entre o conceito de renda e o conceito de lucro agrícola; explica algumas de suas colocações anteriores: eficácia do programa e o índice de capitalização.

Carlos Enrique Guanzioli – Inaudível (conforme transcrição).

Alfredo lussen – Inaudível (conforme transcrição);

Márcio Henrique de Castro (BNDES) – afirma que quando se analisa a renda do assentamento e essa renda tem autoconsumo imputado, que são comparações distintas; diferencia o conteúdo econômico-social de uma renda fruto de transações monetárias do conteúdo de uma imputação de autoconsumo que monetariza; explica importância de serem pensadas separadamente; afirma que questionário foi pobre nos dados culturais; afirma ser identificável que o quartil mais rico está com 50% da renda, e que 50% das famílias tem renda abaixo de meio salário mínimo per capita.

Carlos Enrique Guanzioli – Inaudível (conforme transcrição).

Afrânio Raul Garcia Júnior (PPGAS/MN/UFRRJ) – defende a análise do autoconsumo dentro da análise da renda monetária.

Anna Luiza Osório de Almeida (FEA/UFRRJ) – fala sobre relevância das questões que estão sendo levantadas.

Ademar Ribeiro Romeiro (UFF) – faz comentário sobre discussão a respeito da separação do consumo da renda.

Márcio Henrique de Castro (BNDES) – explica porque defende a análise separada da renda em relação ao autoconsumo.

Mesa III – Produto e comercialização: o desempenho dos assentamentos

Afrânio Raul Garcia Júnior (PPGAS/MN/UFRRJ) – afirma que análise da comercialização ficou em uma análise de preços potencialmente pagos ao produtor versus os preços declarados pelo produtor; comenta sobre porcentagem de associativismo e questiona quais as formas de sociabilidade existentes e obstáculos que apresentam nos assentamentos examinados.

Carlos Enrique Guanzioli – explica que a variável associativismo, assim como a parte tecnológica e a questão de crédito, foram analisadas apenas como variáveis explicativas dentro do modelo econométrico; afirma quererem explorar isso futuramente em mais alguns relatórios.

Sérgio Leite – afirma haver uma estrutura de mercado consolidada e a prevalência de um padrão tecnológico moderno altamente capitalizado; questiona quais as possibilidades de sucesso desses assentamentos diante do cenário existente e do esgotamento do modelo de desenvolvimento; questiona em que medida as agroindústrias que se relacionam com os assentamentos podem reforçar o modelo de utilização da terra calcado numa forma social de produção, tipo estrutura familiar; questiona em que medida os assentamentos compõem cadeias de produtos já consolidadas; afirma que não há como desconsiderar a pressão de setores oligopolizados.

Carlos Vainer – discorre sobre questão da integração ao mercado; afirma que conclusão de que “quanto mais integrado ao mercado melhor o desempenho” teria que ser requalificada; questiona o que interfere nesses padrões de integração; fala sobre importância da trajetória produtiva e da política.

Lena Lavinias – afirma estarem diante de um novo padrão de comercialização dos produtos agrícolas e agroalimentares; opina sobre possibilidades do setor reformado dos assentamentos de poderem se inserir positivamente no mercado.

Ademir Cazella (SC/Mestrando CPDA) – discorre sobre nível de integração dos assentamentos do Sul; afirma que é preciso relativizar a questão do associativismo como uma forma de resolver a questão da comercialização.

Agostinho Guerreiro – afirma que estrutura de comercialização é parte de um contexto e oligopolizada; discute responsabilidade das Ceasas pelos preços de cada região e sua influência oligopolizada; explica luta institucional para que os assentamentos não fiquem à margem.

Celso – diz que, na questão da comercialização, o relatório da FAO sugere o conceito de integração com os mercados para avaliar o desempenho dos assentamentos; percebe que questão dos projetos mistos são um ponto de insucesso da trajetória de alguns assentamentos; discute relação dada formalização da participação dos assentados com o mercado e o sucesso dos assentamentos através de uma via mista.

Armando (Unesp) – discorre sobre forma de comercialização alternativa: feira rural; pergunta à mesa se a feira rural é comum; se seria uma forma de integrar ao comércio a venda da produção.

Edson Teófilo – fala sobre ideia da luta coletiva através da manutenção de áreas de usos comuns pelas comunidades camponesas no processo de modernização da agricultura; explica que essas experiências permitem o aparecimento de costumes e padrões morais entre os camponeses; diz que é neste contexto em que a religião, o costume e os direitos dos camponeses se diferem dos de outras classes sociais; dá importância à percepção sobre as direções e caminhos vivenciados pelos camponeses, produto de uma luta política e não da concepção de alguns técnicos; exemplifica com o caso da reforma agrária no México; fala que integração aos mercados se dá de acordo com a complexidade de cada mercado; explica que o mercado da feira é o mercado ao qual o camponês estava acostumado, mas que é possível que ele evolua para relações com mercados mais complexos; fala sobre aparecimento de um movimento ecológico que dará espaço para a chamada agricultura biológica.

Ricardo Abramovay – questiona qual o sucesso econômico da agricultura familiar em diferentes contextos; questiona se a reforma agrária auxilia a agricultura familiar, não só a sobreviver, a se desenvolver; afirma que dados trazidos mostram que os assentamentos estavam sendo responsáveis pela criação de outro ambiente socioeconômico que permitia que os agricultores se emancipassem dos laços de dependência; fala sobre existência de uma cultura em que é dada importância a uma comercialização não-econômica; diz que alguns agricultores familiares não são capazes de enfrentar os mercados; fala sobre agricultura biológica e seu nível de profissionalização.

Jurandir Zamberlam – diferencia o conceito de terra para o caboclo para o do imigrante; diz que sem participação efetiva dos agentes não há avanço do associativismo; fala sobre possibilidade de renda mensal para o agricultor e não apenas sazonal; expõe dados levantados quanto ao desempenho dos assentamentos;

Afrânio Raul Garcia Júnior (PPGAS/MN/UFRRJ) – sugere ideia de que não se trata de formas de integração, mas de participação no mercado.

Mesa IV – Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos

Carlos Enrique Guanzioli – fala sobre referências sobre o solo trabalhadas no relatório; opina porque não acredita que a reforma agrária foi implantada em terras marginais.

Carlos Vainer – questiona até que ponto é válida a generalização de que o agricultor estabelece uma relação preservadora com o meio ambiente; diz que a miséria e a agricultura itinerante é um elemento destruidor do meio ambiente.

Homem (não identificado) – opina sobre capacidade de conservação do meio ambiente da pequena produção; diferencia perfil do homem assentado;

Outro homem (não identificado) – diferencia a agricultura camponesa tradicional de alguns casos que provocam desastres ecológicos; opina que reforma agrária deve promover uma agricultura mais equilibrada do ponto de vista ecológico.

Jean Hébette – afirma que se alguém vai preservar o meio ambiente no Brasil é o pequeno agricultor; afirma que quem tem interesse de preservar o meio ambiente é quem necessita dele para se reproduzir; cita exemplo de Marabá (PA); afirma que há uma tentativa de jogar a questão da destruição ambiental em cima dos pobres.

Carlos Enrique Guanzioli – explica o CAT (Centro Araguaia Tocantins), projeto desenvolvido por Jean Hébette em Marabá (PA); fala sobre trabalho do CAT no processo de comercialização dos agricultores; fala sobre preservação da floresta pelos agricultores que participam do CAT.

Homem (não identificado) – explica existência de uma categoria de camponês predador; fala sobre privatização de terras e outros processos de titulação da terra na Amazônia durante o período militar.

Homem (não identificado) – afirma que forma desordenada de ocupação de grandes espaços agrícolas é um dos responsáveis do desmatamento excessivo; afirma que planejamento do assentamento promove ocupações de espaços agrícolas de uma forma mais equilibrada e racional.